

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

POLÍTICA CULTURAL (Paula Félix/Taiane Fernandes)

Políticas culturais são formulações e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos. A complexidade subjacente a esta definição descende, inevitavelmente, de outros dois densos e amplos conceitos: Cultura e Política. Para Canclini (2001: 65), as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”. Teixeira Coelho (1997, p. 292) completa essa definição afirmando que as iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”; considera, ainda, política cultural como uma “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”.

As discussões suscitadas pelo conceito de políticas culturais estão focadas no campo de atuação dessas políticas e nos agentes envolvidos em sua formulação e prática. Isaura Botelho (2001, p. 3) reconhece duas dimensões da cultura que deveriam ser consideradas alvos das políticas culturais. A dimensão sociológica, distintamente privilegiada por tais políticas, refere-se ao mercado, à cultura “elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”. Já a dimensão antropológica remete à cultura produzida no cotidiano, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, que lhes garante equilíbrio e estabilidade no convívio social. Esta última perspectiva apresenta-se como o grande desafio para o alcance dos gestores da cultura. Por sua vez, o reconhecimento do caráter público de uma política cultural se instala como mais um dilema na definição deste termo. Para além do aparato institucional do

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

Estado, as políticas culturais podem ser realizadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando em conjunto. Este é, particularmente, um alinhamento exigido pelas novas demandas sociais emergidas das constantes transformações culturais observadas na contemporaneidade. A transversalidade do campo cultural, apontado por Rubim (2006), que perpassa todas as áreas da vida social, tais como economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade, política (trans) nacional, exige das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura. Pensando nas particularidades socioculturais do Brasil, os diversos agentes que interagem no campo cultural possuem muitos desafios na elaboração e na prática de políticas culturais. As desigualdades observadas entre as regiões do país e entre os diferentes grupos sociais são exemplos de indicadores que revelam a necessidade de políticas de acesso a bens culturais; aceitação e convivência com as diferenças; apoio a uma maior pluralidade de manifestações e segmentos sociais e culturais, dentre outras formas de incentivo. Organismos internacionais como a Unesco recomendam que pelo menos 1% da riqueza de um país seja aplicado no setor cultural. O Brasil, apesar de ocupar importante posição econômica e querer assumir lideranças políticas, especialmente na América Latina, não consegue atentar para a importância do investimento em setores como tecnologia, meio ambiente, esporte e cultura. O corte de verbas para pagamento de dívidas ou para equilibrar orçamentos sempre recai sobre essas áreas, indispensáveis ao processo de inovação e desenvolvimento socioeconômico. Enquanto isso, o país sofre com índices alarmantes de analfabetismo entre crianças e adultos; de concentração de renda, especialmente entre homens e brancos etc. Se a cultura continuar sendo tratada apenas como mais umas das obrigações de Estado ou deixada à mercê das lógicas do mercado, dificilmente esses índices deixarão de compor a estrutura sociocultural brasileira ou, pelo menos, amenizados pela articulação de agentes ligados à educação, economia, às artes e pertencentes a setores públicos e privados em prol de políticas culturais que acompanhem o caráter transversal da cultura.

Referências Bibliográficas e Webgráficas:

MAIS DEFINIÇÕES EM TRÂNSITO

BOTELHO, Isaura. DIMENSÕES DA CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICA. Disponível em www.scielo.br. Vol. 15, nº 2. São Paulo: Perspectiva, 2001

CANCLINI, Nestor García. *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CULTURA E MERCADO. <<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em dezembro 2006.

RUBIM, Albino. *Políticas Culturais entre o possível e o impossível*. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. <<http://www.cultura.gov.br>> Acesso em dezembro 2006.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.